

26 de junho de 2005; Membro da Delegação Portuguesa à COP 11, sobre alterações climáticas, realizada em Montreal de 28 de novembro a 9 de dezembro de 2005; Coordenador Nacional das Áreas Protegidas de Âmbito Local, em maio de 2001; Ponto Focal do tema Integração Social do Exame à Política de Ambiente em Portugal (OCDE), em 2000; Representante da delegação portuguesa durante a 5.ª Conferência das Partes da CDB, realizada em *Nairobi, Quênia*, na sede da UNEP, de 15 a 26 maio de 2000, assegurando, em nome da União Europeia, o tema Participação e Sensibilização do Público; Subdiretor-geral do Instituto de Promoção Ambiental, em 1999; Diretor de Serviços da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende, em 1966; Delegado do Parque Nacional da Peneda-Gerês, em 1992; Técnico superior principal do quadro de pessoal do Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, Ministério do Ambiente Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, em 1991; Docente do Ensino Secundário, em fevereiro de 1986.

9 de julho de 2018. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

311532848

Despacho (extrato) n.º 7568/2018

1 — Por despacho da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, de 19 de julho de 2018, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 e na alínea j) do n.º 4 ambos do artigo 4.º, no n.º 2 do artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2011, de 26 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 118/2012, de 15 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 116/2015, de 23 de junho, conjugado com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 97/2006, de 5 de junho e no uso das competências delegadas pelo disposto na alínea a) do n.º 1.3 do Despacho n.º 8134/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro, foi designado, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos e, sob proposta de S. Exa. o Ministro do Ambiente, Telma Andreia Freire Branco, no cargo de conselheira técnica, na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 8.º do referido Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao referido despacho, que produz efeitos a 1 de setembro de 2018.

ANEXO

Nota curricular

Dados Pessoais:

Nome: Telma Andreia Freire Branco

Data de Nascimento: 20 de dezembro de 1981

Habilitações académicas:

Mestre em Administração Pública pelo ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, em 2011;

Licenciada em Relações Internacionais, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas — Universidade Técnica de Lisboa, em 2004, tendo concluído o 3.º ano da licenciatura na Università degli Studi di Trieste, Itália, ao abrigo do Programa Erasmus;

Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública, do Instituto Nacional de Administração, em 2008;

Certificate in Advanced English C1;

Diplôme Approfondi de Langue Française C1.

Participação em diversas formações nacionais e internacionais sobre negociação comunitária e instituições europeias.

Experiência profissional:

Chefe de Divisão de Assuntos Europeus nos Serviços de Relações Internacionais da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, desde fevereiro de 2015.

Técnica superior na Divisão de Assuntos Europeus e Contencioso Comunitário da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, entre setembro de 2014 e fevereiro de 2015; na Divisão de Assuntos Europeus do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, entre maio e setembro de 2012 e entre janeiro e setembro de 2014, e no Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, entre setembro de 2008 e maio de 2012.

Entre outubro de 2012 e dezembro de 2013, foi Bolseira da Fundação Robert Bosch, no âmbito do Programa Bellevue, tendo desempenhado

funções na Direção de Assuntos Europeus e Internacionais do Ministério da Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Energia de França.

Consultora do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, entre junho de 2005 e agosto de 2008.

No âmbito das suas responsabilidades destacam-se a coordenação da preparação das reuniões do Conselho de Ministros do Ambiente da UE e de outras formações do Conselho no âmbito das competências do Ministério. Participou e coordenou a posição do Ministério em diversas negociações comunitárias e multilaterais, participando no Grupo de Trabalho Ambiente e no Grupo de Trabalho de Questões Ambientais Internacionais do Conselho da UE, assim como noutras reuniões multilaterais no domínio do ambiente e do ordenamento do território, tendo nomeadamente co-presidido a um grupo de negociação da Nova Agenda Urbana adotada na Conferência Habitat III. Foi delegada nacional ao Comité de Política Ambiental da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (CEE-ONU); Perita responsável pela elaboração do capítulo “Implementação das Convenções do Rio”, do Exame da Performance Ambiental da CEE-ONU à Mongólia e corresponsável pelo capítulo “Implementação de Acordos Internacionais” do Exame da Performance Ambiental da CEE-ONU à Albânia, em 2017. Integrou a equipa do Ministério responsável pela Presidência Portuguesa do Conselho da UE, em 2007, tendo acompanhado as atividades de cooperação do Ministério com os países da CPLP, de 2005 até 2012.

9 de julho de 2018. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

311532897

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E FINANÇAS

Gabinetes da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Despacho n.º 7569/2018

Nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 283.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no uso das competências delegadas pelo Despacho n.º 8134/2017, 23 de agosto de 2017, do Ministro dos Negócios Estrangeiros (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro de 2017), e pelo Despacho n.º 9005/2017, de 29 de setembro de 2017, do Ministro das Finanças (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 197, de 12 de outubro de 2017), é autorizada a prorrogação da licença sem remuneração para o exercício de funções em organismo internacional, ao Inspetor Tributário nível 2 Paulo Jorge Narciso, do mapa de pessoal da Direção de Finanças de Viseu, da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), no período compreendido entre 1 de setembro de 2018 e 31 de agosto de 2020.

25 de julho de 2018. — A Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, *Ana Paula Baptista Grade Zacarias*. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes*.

311551899

FINANÇAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7570/2018

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado (Estatuto do Pessoal Dirigente), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, regula, no artigo 27.º, a designação em regime de substituição para cargos de direção superior, ali se estabelecendo que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura do lugar, devendo ser observados todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, com exceção do procedimento concursal a que se referem os artigos 18.º a 21.º da referida Lei;

Considerando que, em resultado da reorganização do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), concretizada pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de julho, os titulares dos cargos de dirigentes cessam os seus mandatos, incluindo o cargo de Diretor-Geral do GPEARI do Ministério das Finanças; e

Considerando o interesse que o preenchimento imediato do referido cargo assume na continuação dos trabalhos e do normal funcionamento do GPEARI:

1 — Designo, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, o Professor Doutor José Carlos Fernandes de Azevedo Pereira para, em regime de substituição, exercer o cargo de Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, a que se refere o n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2017, de 7 de setembro, e o artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de julho.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 1 de agosto de 2018.

20 de julho de 2018. — O Ministro das Finanças, *Mário José Gomes de Freitas Centeno*.

Nota curricular

Habilitações Académicas:

Doutoramento em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) — Universidade Técnica de Lisboa (UTL), finalizado em 8 de março de 2007;

Mestrado em Economia Internacional no ISEG/UTL, finalizado em dezembro de 1995.

Licenciatura do curso de Economia, no ISEG/UTL, finalizado em julho de 1992.

Experiência Profissional:

Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças (MF), desde dezembro de 2017.

Subdiretor-Geral do GPEARI do MF, entre maio de 2014 e dezembro de 2017. Responsabilidade, em subdelegação de tarefas, pelo Departamento de Políticas e Finanças Públicas, pelo Departamento de Análise, Estudos e Previsão, pelo Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Organizacional e pela Equipa Multidisciplinar de Modelização e Análise Quantitativa.

Elaboração, entre outras, das seguintes tarefas: *i)* Elaboração do cenário macroeconómico do Orçamento do Estado, do Programa de Estabilidade e Crescimento e das Grandes Opções do Plano; *ii)* Preparação e participação ativa das reuniões das avaliações Pós-Programa; *iii)* Coordenação por parte do GPEARI do Boletim Mensal de Economia Portuguesa (publicação mensal conjunta do GPEARI/MF e do GEE/M Economia); *iv)* Coordenação da publicação diária da Síntese de Indicadores de Conjuntura e da publicação mensal dos Indicadores de Conjuntura, da Nota Económica de Curto-Prazo e Desenvolvimentos Recentes da Economia Portuguesa; *v)* Acompanhar a evolução da conjuntura económica/ orçamental e financeira nacional e internacional e, de forma regular, elaborar relatórios analíticos de síntese; *vi)* Responsabilidades no acompanhamento de todas as variáveis macroeconómicas para a determinação do PIB, do lado da Oferta, Procura e Rendimento.

Representante nos grupos de trabalho do CPE (Comité de Política Económica) da CE, designadamente nos grupos de Previsões Macroeconómicas, do LIME, do Output Gap, do Subcomité de Estatísticas e acompanhamento do Grupo do Envelhecimento/ Sustentabilidade das Finanças Públicas. Representante português como delegado principal no Comité de Macro-Economic and Structural Policy Analysis da OCDE (WP1) e do Short-Term Economic Prospects (STEP).

Representante no Conselho Económico e Social pelo Ministério das Finanças.

Representante no Conselho Superior de Estatística na Reunião Plenária; nas Secções Permanentes das Estatísticas de Base Territorial, das Estatísticas Económicas; das Estatísticas Sociais; da Coordenação Estatística; nos Grupos de Trabalho do Desenvolvimento das Estatísticas Macroeconómicas; do Mercado de Trabalho; das Estatísticas da Saúde e das Desigualdades Sociais.

Representante na Unidade para Implementação da Nova Lei de Enquadramento Orçamental (UNILEO), no Grupo de Estatísticas das Administrações Públicas (GEAP) e no Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras das Regiões Autónomas (CAPF).

Coordenador pela parte portuguesa da Comissão do Acordo de Cooperação Económica entre Portugal e São Tomé e Príncipe (COMACE).

Coordenador pela parte portuguesa da Comissão do Acordo de Cooperação Cambial Portugal — Cabo Verde (COMACC).

Coordenador do Conselho Nacional de Produtividade, estrutura criada por despacho conjunto do Sr. Ministros das Finanças e do Sr. Ministro da Economia.

Administrador por Portugal no Council of Europe Development Bank (CEB).

Governador suplente por Portugal no Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD)

Diretor de Departamento de Análise Económica e Finanças Públicas do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças, de julho de 2013 a maio de 2014;

Chefe da Divisão de Modelização e Previsão do GPEARI do MF, de outubro de 2008 a junho de 2012. Técnico Superior Economista do GPEARI/ DGEP (Direção-Geral de Estudos e Previsão) do Ministério das Finanças desde 9 de novembro de 2000.

Técnico Superior Principal, responsável do Gabinete de Estudos e Planeamento, do ISEG, com responsabilidades na execução de Plano de Atividades, Relatório de Atividades, Plano Estatístico, Plano Estratégico, Projeto de Auditoria Externa, Implementação de um Sistema de Contabilidade Analítica, Gestão Financeira Previsional, Controlo de Despesas Correntes, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, Apoio aos Estudos de Autoavaliação e Avaliação Externa, Projeto de Qualidade Total, Plano de Marketing, Apoio aos Recursos Humanos, e Projeto de Página da Internet do ISEG, de 2 de dezembro de 1997 a 30 de setembro de 2000.

Técnico Superior de Estatística, responsável pela área do emprego e remunerações do Serviço de Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística de 21 de novembro de 1994 a 10 de novembro de 1997. Outras áreas de trabalho: introdução dos resultados do INTRASTAT sobre o Comércio Externo nas Contas Nacionais portuguesas. Pertencente à equipa que determinava o PIB, PNB, Importações e Exportações, Consumo Privado e Público, Investimento e Emprego.

Professor da disciplina de Economia I e Economia II dos Cursos Gestão de Empresas, Informática de Gestão, Secretariado, Marketing, Sistemas Web, Multimédia e Design, do 1.º ano do Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa (ISLA-Lx), de 2009 a 2014. Professor Regente da disciplina de Economia Internacional do 4.º ano do Curso de Organização e Gestão de Empresas do Instituto Superior de Novas Profissões, INP, de 1996 a 2004.

Publicações:

«Calculador do IVA teórico», em conjunto com a Dr.ª Inês Rego Serrano, da Direção-Geral de Estudos e Previsão do Ministério das Finanças, em outubro de 2002;

«Cálculo do Deflator do Consumo Público».

311529187

Despacho n.º 7571/2018

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado (Estatuto do Pessoal Dirigente), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, regula, no artigo 27.º, a designação em regime de substituição para cargos de direção superior, ali se estabelecendo que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura do lugar, devendo ser observados todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, com exceção do procedimento concursal a que se referem os artigos 18.º a 21.º da referida Lei;

Considerando que, em resultado da reorganização do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), concretizada pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de julho, os titulares dos cargos de dirigentes cessam os seus mandatos, incluindo o cargo de Subdiretora-Geral do GPEARI do Ministério das Finanças; e

Considerando o interesse que o preenchimento imediato do referido cargo assume na continuação dos trabalhos e do normal funcionamento do GPEARI:

1 — Designo, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, a Dr.ª Rosa Maria Fernandes Lourenço Caetano para, em regime de substituição, exercer o cargo de Subdiretora-Geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, a que se refere o n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2017, de 7 de setembro, e o artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de julho.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de